



# PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

\*\*\*

02 de julho de 2021

OFÍCIO DO EXECUTIVO Nº 393/2021

Exmo. Sr. Raimundo Rui (Rui Nova Onda)

Em atenção ao Ofício nº 741/2021, referente ao Requerimento nº 665/2021, encaminhamos Despacho DMF 405/2021 anexo, provindo do Departamento de Finanças.

Renovamos na oportunidade os protestos de estima e consideração.

MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA  
Prefeita Municipal

A Disposição dos Vereadores

07 / 07 / 2021

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL

Documento recebido em

06 / 07 / 21

Jane

funcionário

Exmo. Sr. Vereador  
RAIMUNDO RUI (RUI NOVA ONDA)  
Câmara Municipal  
NESTA.



# **PREFEITURA MUNICIPAL**

**SÃO JOÃO DA BOA VISTA**

**Estado de São Paulo**

\*\*\*

*São João da Boa Vista, 02 de junho de 2021*

**DESPACHO DMF/405/2021**

**ASSUNTO: Resposta ao Of. nº 741/2021-pf (Câmara Municipal)**

**DESTINO: GAB/SECRETARIA**

Em atenção ao Ofício em epígrafe, encaminho resposta oriunda do Setor de Fiscalização na Informação Técnica nº 082/2021.

Atenciosamente,

  
**JOSÉ CARLOS BUENO DE CAMARGO**

**Diretor do Departamento de Finanças**





# *Prefeitura Municipal São João da Boa Vista*

*Estado de São Paulo*

Fiscalização Tributária, 02 de julho de 2021

**INF. TÉCNICA DMF:** 082/2021

**INTERESSADO:** CÂMARA MUNICIPAL.

**DESTINO:** DIRETOR DE FINANÇAS/GABINETE DA PREFEITA

**REFERÊNCIA:** Ofício Câmara nº 741/2021 - Transcreve o requerimento nº 665/2021 - Vereador Claudinei Damálio

Em atenção ao ofício acima mencionado, no qual a Câmara Municipal encaminha requerimento do Vereador Claudinei Damálio, solicitando esclarecimentos referente a Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento, informamos o que segue:

## **1 - Em que consiste a taxa?**

A taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento está prevista no artigo 145, II da Constituição Federal, artigo 77 do Código Tributário Nacional e no Código Tributário Municipal, arts. de 296 a 322, devida pela atividade municipal de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo urbano, da higiene, saúde, segurança, ordem ou tranquilidade pública, a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão da localização, instalação e funcionamento de quaisquer atividades no Município.

## **2 - Qual o fato gerador da obrigação tributária, bem como sua base de cálculo?**

Conforme disciplinado no art. 297 do CTM, a Taxa de Fiscalização, de Localização, Instalação e Funcionamento têm como **fato gerador** o efetivo exercício regular do poder de polícia administrativa do município, mediante manutenção de órgãos administrativos para a realização de diligências, exames, inspeções, vistorias e outros atos administrativos, relativos à pessoa física ou jurídica no que diz respeito a sua instalação, alteração de endereço, alteração de atividade, encerramento e outras que necessitem de fiscalização do município e, a **base de cálculo** é o custo anual estimado para a manutenção de órgãos municipais capacitados ao exercício regular do poder de polícia, conforme previsto no art. 303 do mesmo diploma.

## **3 - Quem é o contribuinte definido em lei?**





# *Prefeitura Municipal São João da Boa Vista*

*Estado de São Paulo*

O contribuinte da Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento é a pessoa física ou jurídica que der causa ao exercício de atividade em caráter permanente ou temporário, ou à prática de atos sujeitos ao poder de polícia administrativa do município, definido no art. 302 do CTM.

**4 - Profissionais autônomos, como engenheiros, por exemplo, estariam isentos da cobrança dessa taxa?**

Não estão isentos. A isenção da referida taxa está prevista no art. 313 do Código Tributário Municipal, *in verbis*:

Art. 313 - Ficam isentos Taxa de Fiscalização, da Localização, Instalação e Funcionamento:

I - os órgãos da Administração Direta da União, dos Estados e do Município, assim como as suas respectivas fundações e autarquias e as empresas públicas;

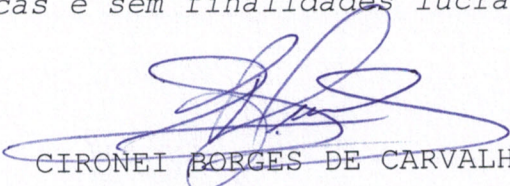
II - os templos e cultos religiosos;

III - as entidades beneficentes, culturais e artísticas, nas suas atividades específicas e sem finalidades lucrativas;

IV - as associações civis, nas suas atividades específicas; sem finalidades lucrativas e que não promovam a concorrência com os demais segmentos empresariais;

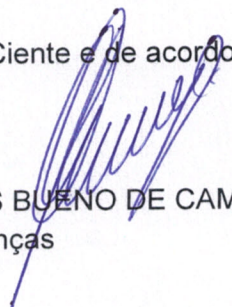
V - os partidos políticos;

VI - as entidades de classe, nas suas atividades específicas e sem finalidades lucrativas.

  
CIRONEI BORGES DE CARVALHO

Chefe do Setor de Fiscalização Tributária

Ciente e de acordo:

  
JOSÉ CARLOS BUENO DE CAMARGO  
Diretor de Finanças